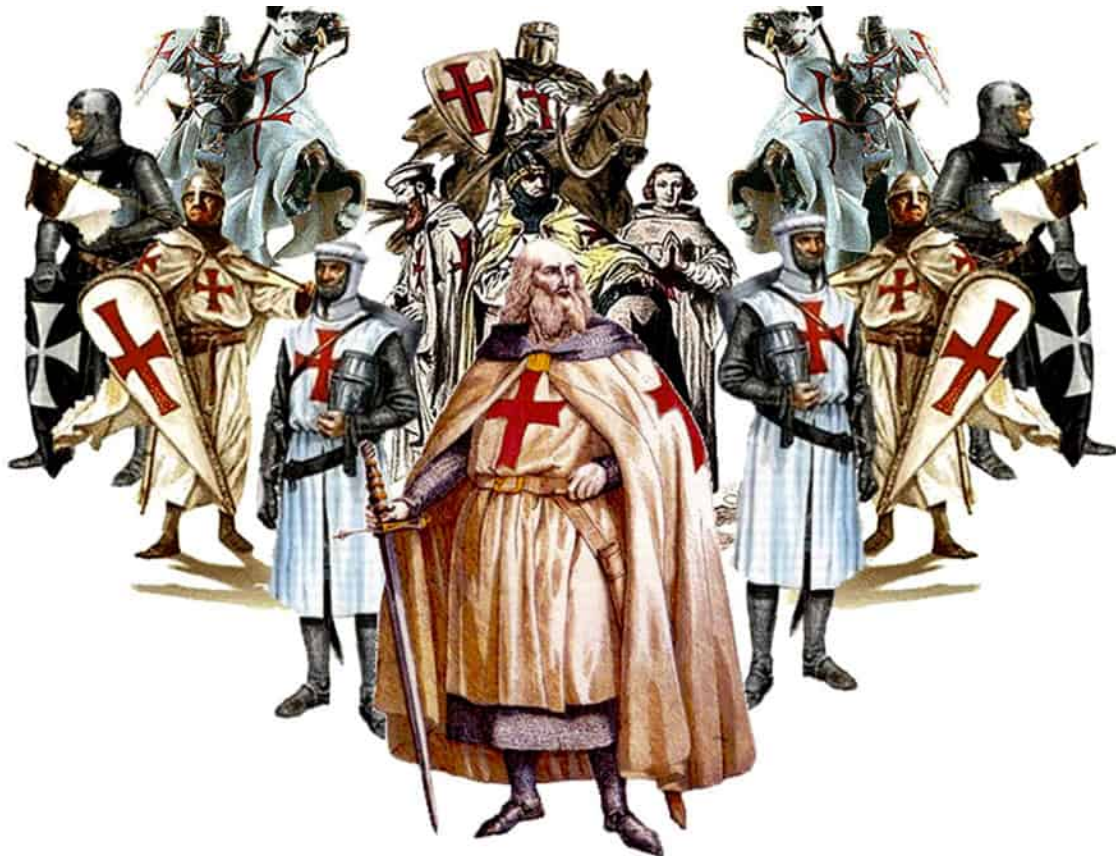


# Os templários em Portugal no século XII

 freemason.pt/os-templarios-em-portugal-no-seculo-xii/

António Jorge

15/01/2020



Templários

Para compreender bem a História dos Templários em Portugal é necessário focar aspectos da História Geral do Templo, pois estão intimamente ligadas. Depois da libertação da Terra Santa, quase todos os Cruzados regressaram à Europa, cumpridos os seus votos. Poucos ficaram nos castelos construídos ou reconstruídos, nos pontos nevrálgicos.

Quando o Cavaleiro francês Hugues de Payns aí foi em peregrinação, deu-se conta dos perigos que os peregrinos corriam, atacados por hordas de assaltantes vindos das montanhas. E, para evitar que fossem roubados ou assassinados já tão perto do fim da viagem, depois de terem passado tantos trabalhos para chegarem até ali, sofrendo calor intenso, sede, febres ou epidemias, pensou seriamente na sua defesa.

Os Hospitalários recolhiam os que conseguiam chegar e tratavam-nos. Faltava quem os defendesse dos ataques dos salteadores e dos infieis, ao longo dos caminhos.

Hugues consegue que o seu amigo e companheiro Sant-Omer se interesse pela ideia e, perante o Patriarca de Jerusalém, Etienne de Ferté, ambos se comprometem em votos solenes de pobreza, castidade e obediência, para remissão dos seus pecados, a defender os peregrinos e a Terra Santa. E, para isso, com mais alguns companheiros, ao todo nove, em 1118 fundam uma Ordem Monástico-Militar.

O primeiro caminho que defenderam foi o de Athlit, um desfiladeiro dos mais perigosos que conduz ao Santo Sepulcro. Outro desfiladeiro policiado por eles era o que vai de Haifa a Cesareia.

O Rei Balduíno II deu-lhes como sede uma sala do seu palácio que ficava perto do Templo, ou das ruínas do Templo de Salomão, de onde lhes vem o nome de Cavaleiros do Templo, Templários, Templairos, ou, Tempreiros.

Designavam-se a si próprios por "*Fratres Militiae Templi*" ou "*Pauperes Commilitones Christi Templique Salomonis*".

Segundo Bernard, Abade de Clairvaux, futuro São Bernardo, Doutor da Igreja, ao contrário do Templo de Salomão, grandioso pelo ouro e pela prata que lhe davam magnificência, o Templo dos Templários é grandioso pela "religiosidade e ordenadíssima conduta dos que o habitam. O de Salomão deve ([Publicado em freemason.pt](#)) ser olhado pelas várias cores que oferece, este deve ser venerado por muitas virtudes e santos actos: de facto a casa de Deus diz com a santidade, a qual se não deleita tanto com mármore polidos como com costumes honrados, e prefere consciências puras a paredes douradas", (cf., S. Bernardo, Do Louvor da Nova Milícia, págs.. 11 e 12).

Por conciliarem a vida militar com a religiosa, necessitavam de uma regra que reprimisse qualquer irregularidade e lhes permitisse que a Igreja os aceitasse. Então, no Outono de 1127, Hugues de Payns, com alguns companheiros, dirige-se a Roma, pedindo ao Papa Honório II o reconhecimento oficial da Ordem do Templo. O Abade de Clairvaux, sobrinho de André de Montbard, um dos nove primeiros Cavaleiros, é incumbido pelo Papa de orientar a nova Ordem, e torna-se o pai espiritual dos Templários, em quem vê os verdadeiros defensores de Cristo, na convicção de que a Fé e a Espada devem actuar de comum acordo.

Em 13 de Janeiro de 1128, reúne o Concílio de Troyes, para serem deliberados os pormenores do regimento da Ordem. Foi presidido pelo Cardeal Legado do Papa, Mathieu d'Álbano e nele participaram vários bispos e arcebispos, entre eles os de Troyes e de Auxerre, os de Sens e de Reims, o abade de Citeaux, Etienne Hordin e, como pensamos que não poderia deixar de ser, Bernard de Clairvaux, como advogado dos Templários.

Régine Pernoud, aponta o facto de a presença deste ter sido posta em causa, mas, Gama Barros diz, referindo-se ao sínodo de Troyes: "contando-se o abade de Clairvaux no número dos prelados ahi reunidos" (cf. História da Administração Pública, pág. 361).

Não nos repugna acreditar que esteve presente, pois que, foi ele quem reuniu o Concílio e deu a redacção final à Regra (já formulada pelo Patriarca de Jerusalém e por Hugues de Payns), depois de ter sido discutido cada artigo, suprimidos ou acrescentados outros.

Depois das alterações necessárias, o Concílio aprovou essa Regra, extremamente severa, baseada na de Santo Agostinho, escrita em latim e, daí, o nome de Regra Latina.

Mais tarde, com o acordo do Papa, por volta de 1140 surgiu uma versão francesa, em que há divergência, por exemplo, quanto aos excomungados, o que mais tarde veremos.

A Regra confere à Ordem do Templo “uma moral mística, própria ao espírito da época, condenando o orgulho e a glória, o luxo e o supérfluo que impedem o acesso ao divino. [...] Para os Templários, a Regra é a alma, o princípio vital da Ordem.” (cf. Michel Picar, os Templários, págs. 44 e 45). Ela é um contrato estabelecido entre as autoridades religiosas e os Templários e entre eles próprios. Encerra um modelo de vida.

A Regra concede-lhes “o direito de possuírem e gerirem terras e vassalos, assim como receberem dízimos sob a forma de esmolos”. Isto não é incompatível com o voto de pobreza, pois muitas comunidades viviam de donativos.

Hugues de Payns e os companheiros partem em busca de novos Cavaleiros e de doações...

A Ordem estava sempre pronta a combater por Cristo e, quando em 4 de Julho de 1187, em Cornes de Hâtin se perdeu a Terra Santa, os duzentos e trinta Templários prisioneiros, preferiram ser mortos, a tornarem-se muçulmanos.

A Ordem cresce depressa, por que, a partir de 1133 muitos Cavaleiros vêm aumentar as suas fileiras. Acodem ao apelo de Bernard de Clairvaux que, através da obra “Do Louvor da Nova Milícia”, em treze capítulos, que escreveu a pedido de Hugues de Prayns, mostra a diferença entre o Cavaleiro Secular que combate pela glória e pelas honrarias e o Templário, que combate humildemente, apenas pela glória de Deus, que não receia o combate desigual contra muitos inimigos por saber que “não é na multidão dos exércitos que está a vitória bélica mas na força que vem do Céu”. Que é manso como o cordeiro e mais feroz que o leão, por ser simultaneamente monge e soldado.

Bernard não exorta apenas Cavaleiros mas sim toda a espécie de homens, “ladroes, sacrílegos, perjuros, criminosos tocados pela fé e que querem expiar os seus erros” [...] «A sua conversão produz dois bens: um, o de libertar o país daqueles que o oprimiam e devastavam, o outro fornecer socorros na Terra Santa... É assim que Cristo triunfa e se vinga dos seus inimigos, que se tornam os seus mais zelosos defensores»(cf. Os Grandes Julgamentos, pág. 32).

E todo aquele que entra na Milícia de Deus, rigidamente espartilhada pela Regra, faz votos de pobreza, castidade e obediência, exaltado pela fé e pela disciplina moral, cheio de abnegação e renúncia.

Os Templários em breve afluem à Península Ibérica para combater os muçulmanos, visto o Papa ter declarado que a reconquista aqui, tinha o mesmo valor que a da Terra Santa. Daí o nome de Cruzadas do Ocidente. E tinha duas vantagens: era mais perto e seria mais rendosa.

### **Chegaram a Portugal de moto próprio? Foram chamados? Por D. Teresa?**

---

É natural que sim, pois que já antes o Conde D. Henrique chamara franceses para virem combater os muçulmanos e para povoarem as terras conquistadas.

Segundo Oliveira Martins, “Depois da morte de seu sogro, o Conde D. Henrique vai a França alistar soldados” (cf. História da Civilização Ibérica, Pág. 171).

O Dr. Pedr’Alves Secco, citado por Viterbo na pág. 583 do Elucidário, fez escrever no tomo I das Escrituras de Tomar, liv. I, fl. 5, em 1568, que os Templários vieram sempre em ajuda ao Conde D. Henrique. Confunde-os com os franceses que o Conde recrutava. Templários não eram, por que a Ordem foi fundada depois da morte de D. Henrique, ocorrida em 1114, segundo Viterbo e Herculano, ou em 1112, segundo Gonzaga de Azevedo (cf. nota I dos Documentos Medievais Portugueses, vol. I, Tomo I).

Se dermos crédito a Viterbo, os Templários talvez já se encontrassem estabelecidos em Braga desde 1125, e, sendo assim, ainda sem o hábito e sem a Regra, sem terem sido reconhecidos pela Igreja, ou seja, antes do Concílio de Troyes.

### **D. Teresa em 1126 doa-lhes Fonte Arcada, no Concelho de Penafiel.**

---

Para o General Ferreira Martins foi D. Teresa quem os introduziu em Portugal, doando-lhes em 1128 o Castelo e a terra de Soure, que tornaram “num forte baluarte contra as incursões muçulmanas, estabelecendo daquele lado uma barreira segura” (cf. História do Exército Português, pág. 55).

Mas, o facto de D. Teresa lhes ter feito essa doação, confirmada em 1177 por D. Afonso Henriques, não implica que só os tivesse chamado ou que só se tivessem instalado nesse ano, visto que em 1126 lhes doara Fonte Arcada, com todos os seus termos (cf. Documentos Medievais Portugueses, pág. 99, s/d, vol. I, tomo I). Viterbo afirma que a doação é anterior a 1126, pois que foi feita por uma “soberana independente de todo o Portugal”, soberania esta que deixou de existir depois de 1126. Seu filho considerou esta doação legítima, pois não fez nova doação nem a confirmou.

**Quem a recebeu?** Foi certamente Guilherme Ricardo, o primeiro Mestre em Portugal (antes de 1126?). Em 1128 foi eleito o segundo Mestre, Raimundo Bernardo.

Ainda segundo Viterbo, o Mestre não a assinou por que, “naquele tempo de mais candura e menos formalidade” não achavam indispensável que os prelados assinassem sempre tais documentos.

### **Seria assim?**

---

Viterbo confirma o Mestrado de Guilherme Ricardo, por uma doação semelhante à de Fonte Arcada, e também sem data, da metade de uma quinta que Afonso Anes fez à Milícia do Templo e em que, no fim, aparece o nome de Mestre Ricardo e, afirma que não é de estranhar, pois que, umas vezes usavam o primeiro nome, outras, o segundo “pois assim o praticavam os binómios”.

Fortunato de Almeida acha plausível que já antes de 1128 existissem Templários entre nós e, remete-nos para Viterbo (cf. Hist, da Ig. em Portugal, dir. Damião Peres, pág. 146).

O Dr. Eugênio de Lemos, que também defende a tese da sua estadia em Braga, diz, no discurso que proferiu durante a comemoração do primeiro centenário de Tomar como cidade, que Gualdim Pais foi Comendador da Casa de Braga (e da de Sintra), antes de atingir o Mestrado, (cf. Eugênio de Lemos, Discurso, pág. 11).

Por vezes luta-se com falta de documentos para provar determinados factos. “O descuido dos antigos nos roubou a notícia de cousas tão notáveis” (cf. Frei António Brandão, Monarchia Lusitana, vol. III, liv. X, cap. XVII, pág. 152).

Viterbo alerta-nos para o facto de em 19 de Abril de 1128, três meses depois do Concílio de Troyes, não ter sido feita a doação de Soure, mas sim a sua ratificação, e, só [\(Publicado em freemason.pt\)](#), se ratifica algo que foi feito antes. Continuando a defender a sua tese, Viterbo diz-nos que o segundo Mestre, Raimundo Bernardo, recebeu a doação de Soure já instalado numa casa em Braga. Transcreve na pág. 586 do Elucidário, um documento de 1128 em que, o nome do Mestre Bernardo aparece em lugar de honra, antes do de D. Pero Pitões, a primeira dignidade da Sé.

Se o segundo Mestre da Ordem foi Raimundo Bernardo, e, em 1126 houve um primeiro Mestre, Guilherme Ricardo, os Templários já estavam em Portugal antes da doação de Soure.

A doação de Fonte Arcada pesa a favor da sua estadia nessa cidade, pois que, geralmente, segundo Viterbo, viviam nas, ou perto das terras doadas, ou adquiridas.

D. Rodrigo da Cunha, afirma que “Foi o Arcebispo D. Payo o primeiro, que fes esmolos aos cavaleiros da Orde do Templo recolhendoos dentro na cidade de Braga, deolhe casa na ermida de S. Marcos (que hoje he hospital onde se curão pobres) e rendas com que se sustentassem”.

Diz ainda que “forão crescendo em numero e authoridade [...] todos os Reys da Christandade os enriquecerão com grossas doações” (cf. Hist. Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, cap. XIII, pág. 52).

### **Em que ano teria o Arcebispo D. Payo doado aos Templários, uma casa e rendas para a sua manutenção?**

---

Monsenhor Ferreira informa-nos de que a casa fora mandada construir por esse Arcebispo para “habitação ou hospício de peregrinos” e que depois da sua morte foi destruída “e os seus bens annexos arrebatados”. (cf. Fastos Episcopais da Igreja

Primarcial de Braga, págs. 278, 279 e 280).

A carta de doação desta casa e dos bens aos Templários encontra-se no Vol. I – tomo I dos Documentos Medievais Portugueses, pág. 261, como uma falsificação.

Monsenhor Ferreira diz-nos agora que, “o Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, com o seu Cabido e de consentimento de D. Afonso Henriques, no mez de Agosto do anno 1145 confirmou e ampliou a doação da dita casa e pertenças feita pelo seu antecessor à Ordem do Templo”. Remete-nos par o códice nQ 234 da Ordem de Cristo, fl. 153 e Livro dos Mestrados fl. 100 V. no Archivo Nacional e diz que este documento está confirmado, entre outros, por «*Petrus Quondam Bracaræ Prior Tune Portugaliæ Electus*» e que o verificou em documentos enviados da Torre do Tombo pelo seu amigo, o Dr. Laranjo Coelho.

E Monsenhor Ferreira continua, dizendo que, no ano seguinte, o Rei prestou consentimento expresso à confirmação de D. João Peculiar o que se poderá observar no Códice nQ 234 da Ordem de Cristo, foi. 154 V. no Arquivo Nacional.

### **Estaremos em presença da confirmação de uma falsa doação?**

---

Os citados documentos parecem apontar para uma casa única, mas, segundo Viterbo, trata-se de uma casa e de um hospital. “Nesta cidade se mostra a Rua de D. Gualdim, onde se crê estaria a casa da Ordem do Templo, diversa do Hospital.” (cf. Elucidário, pág. 589).

Desta Rua de Dom Gualdim “... que vai toda direita desde o canto do açougue até à porta da igreja de S. Tiago da Cidade... Nos índices I, pág. 314 o prazo mais antigo data de 1466. (cf. Eduardo Pires de Oliveira, Estudos Bracarenses, Alterações Toponímicas, Braga 1982, pág. 40).

Monsenhor Ferreira, aponta para a possibilidade de uma “fundação, que dizia apenas respeito à Ordem dos Templários, a qual fora destruída pelos seus inimigos, e que de novo se procurava levantar.” (cf. ob. cit., pág. 280). Por que não se justificaria a destruição do Hospital que D. Payo construía para acolher os peregrinos e os bracarenses.

Quando D. Teresa doou aos Templários a terra despovoada de Soure, por ter sido massacrada e arrasada pelos sarracenos, doou-lhes também todas as terras entre Coimbra e Leiria, onde fundaram Pombal, Redinha e Ega, cujos castelos formaram a cintura avançada de Coimbra. Mais tarde, com os de Almourol, Cardiga e Ozêzere, criaram uma linha defensiva junto ao Tejo.

O Castelo de Soure foi construído com certa pressa, aproveitando o material à mão, como pedras antes aparelhadas pelos romanos, para evitar que os muçulmanos vindos de Santarém e de Lisboa, por esse lado, atacassem Coimbra.

Parece ter sido o único castelo proto-românico em Portugal e, dele, hoje, pouco resta. Segundo alguns autores, foi a primeira possessão dos Templários entre nós.

Amorim Rosa é um dos que considera o Castelo de Soure como a primeira propriedade e residência própria dos Templários.

**Talvez esses autores queiram dizer que foi a primeira residência e bens de vulto, por pensarem, quem sabe, que a estadia em Braga teve carácter provisório? Ou, seria, da parte de alguns, desconhecimento dessa primeira estadia?**

---

E, dizemos da parte de alguns, por que Amorim Rosa afirma que já aqui estavam cerca de 1125 e que, já antes de 1128 se haviam estabelecido em Braga, onde D. Teresa lhes doara Fonte Arcada em 1127. (cf. ob. cit. págs. 38 e 39).

Segundo Leite de Vasconcelos, a doação do Castelo e da terra de Soure aos Templários «pode significar, que eles já se tinham estabelecido no território português, ou que se tratava de lhes ministrar casa para virem aqui estabelecer-se,» cf. Etnografia Portuguesa, Livro I, pág. 503.

Frei António Brandão diz que, “*O Reyno de Portugal foy hu dos que primeiro, e com mão mais liberal deu entrada a estes cavaleiros. Ja no anno de 1126, os acho de assento nelle, e em terras próprias, das quais fazião cõcertos, e escrituras*”. (cf. *Monarchia Lusitana, tomo III, livro IX, cap. XI, pág. 82*). E Frei António Brandão diz, a seguir, para provar que os Templários já aqui se encontravam antes de 1128, que no livro dos forais da leitura nova há as seguintes palavras, junto ao foral de Ferreira, dado por D. Teresa: “*Que Dom Galdim, e Arnaldo Rocha, e os mais Cavaleiros do Templo fazião cõtrato com Paio Fernandez, Paio Perez, e suas molheres sobre a villa de Ferreira. E declara-se ser feita a escritura no mez de Junho do anno referido de 1126. Donde se colhe ser a entrada desta Orde em Portugal pouco depois de sua fundação pois em tempo tão próximo a seu principio estavam de assento, e herdados neste Reyno.*” (cf. ob. cit., pág. 82).

Dar Gualdim Pais como adulto com capacidade para fazer escrituras em 1126 é um disparate, pois que, o ano do seu nascimento é 1118 e naquela época era ainda uma criança. Mas, se assim não fosse, em 1190 quando se bateu heroicamente contra os sarracenos que atacaram Tomar, seria quase centenário.

Gerou-se uma grande confusão à volta de dois forais e de duas Ferreiras diferentes, uma, Ferreira de Aves, que recebeu o foral de D. Teresa e a outra Ferreira que o recebeu de D. Gualdim. As palavras junto ao foral dado por D. Teresa em 1126 foram acrescentadas posteriormente e a data “pode estar atrasada de três decénios devido a uma falta de aspa no X, porquanto se não trata de original mas de transcrição em leitura nova no séc. XVI”. (cf. Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, pág. 987).

Os Templários valentes e piedosos, já célebres no Oriente e aí solidamente instalados, recebiam honras em toda a Europa quando, em 24 de Março de 1136 morreu Hugues de Payns.

Com Robert de Craon, que lhe sucedeu, a Ordem expandiu-se ainda mais e tornou-se uma grande organização internacional, com trezentos Cavaleiros permanentes em Jerusalém e muitos bens no Ocidente.

O novo Mestre pede ao Papa uma independência total da autoridade eclesiástica, ficando em 1139 a depender apenas de Roma, através da bula “Omne Datum Optimum”, de Inocêncio II.

Esta bula, que desagradava ao Patriarca de Jerusalém e aos Bispos, concede imensos privilégios aos Templários, como por exemplo, terem os seus próprios padres, não pagarem dízimos nem portagens, ou o que quer que fosse, poderem construir oratórios e serem enterrados neles... (cf. Os Grandes Julgamentos, pág. 36).

Em meados do séc. XII, a Ordem constrói uma série de fortes na Palestina e, “a pobre habitação de Hugues de Payns tornou-se uma verdadeira cidadela” (cf. ob. cit., pág. 45).

Para dar uma ideia das suas dimensões, basta dizer que nas cavalições havia lugar para mais de dois mil cavalos ou mil e quinhentos camelos! (cf. ob. cit., pág. 45).

Os Templários de Portugal eram, na sua maioria, portugueses e estavam bastante emancipados dos de Jerusalém. Pediram ao Rei que os tomasse ao seu serviço e lhes desse com ([Publicado em freemason.pt](http://Publicado em freemason.pt)) que se pudessem sustentar e fazer guerra aos infiéis, à sua própria custa. E D. Afonso Henriques não só os admitiu, mas fez-lhes muitas doações (cf. fig. 1).

Os Cavaleiros Templários, por serem nobres, e por aliarem à sua fé os Ideais de Cavalaria, davam à Ordem um carácter aristocrático.

Mas, como nem todos eram guerreiros, criaram-se classes, que, por sua vez, criaram hierarquias, assim organizadas:

- Cavaleiros – os únicos que combatiam.
- Sacerdotes ou Capelães – para o serviço religioso.
- Escudeiros e beaguins que podiam pertencer à burguesia ou ao povo, criados, artífices, agricultores e mercadores.

Nem a todos era exigido o celibato, havendo assim irmãos professos e, seculares. Estes, se eram casados, não podiam viver nas casas dos Templários. Nem lá podiam entrar mulheres, fossem elas freiras ou até irmãs ou mães, pois que, segundo a Regra, era perigosa a companhia de mulheres para homens que fizeram voto de castidade.

Os maiores vultos dentro da Ordem em Portugal, ora se intitulavam Preceptores, Comendadores-mores, Procuradores, Ministros, Mestres ou Mestres Provinciais, em relação ao Grão-Mestre que vivia na Palestina.

Por vezes, aqueles que governavam casas em aldeias, para recolha de fruta e para desenvolverem a agricultura, eram tratados por Mestre. E assim também os dos hospícios, dos castelos, das casas de cidades e vilas, de pequenos conventos...



O Mestre é sempre escolhido pelo Capítulo, através de eleições. Capítulo era o conselho dos freires que ele devia consultar para qualquer decisão importante, como dar uma terra, aceitar um novo membro na Ordem, pôr cerco a um castelo, começar ou terminar uma guerra, etc.

Ao Mestre competia fazer aplicar a disciplina, sem exagero de severidade nem de benevolência. Todos lhe deviam uma cega obediência e, não podiam fazer fosse o que fosse, como por exemplo, sair, ou até lavar-se, sem lhe pedirem autorização.

Quando morria, era substituído pelo Marechal. Durante sete dias os freires rezavam duzentos pai-nossos por sua alma, e jejuavam três sextas-feiras, a pão e água. Os seus objectos pessoais eram distribuídos pelos freires e o manto era dado aos leprosos.

No dia da eleição do novo Mestre, todos os Comendadores que pudessem estar presentes, juntavam-se, e o Grande Comendador, designava de entre os mais competentes, aquele que merecia vir a ser o Mestre. Escolhiam-lhe um companheiro e ambos se recolhiam para rezar na capela, onde passavam a noite em oração.

O Capítulo, no dia seguinte, voltava a reunir, depois da missa, e os dois escolhidos escolhiam outros dois, e assim por diante, até perfazerem doze, em louvor dos Apóstolos, e escolhiam um capelão como se fosse Jesus.

E, depois de certas cerimónias, os doze escolhiam o futuro Mestre, enquanto os capelães entoavam o Te Deum Laudamus. Os Templários deviam ser moderados na comida e na bebida. Tinham geralmente uma escudela para dois, e, para receberem o alimento, tinham de ir em fila. Deviam cultivar o silêncio.

Na admissão de um novo membro, lia-se-lhe a Regra e, perante o Capítulo, perguntava-se-lhe se queria ser “um servo e escravo da casa” e se queria abandonar a sua própria vontade ao que ele deveria responder: “Sim Mestre, se Deus quiser!”. E, ajoelhado, de mãos postas, pedia para ser admitido. Todos oravam em conjunto e, depois de se certificarem que não havia impedimento (não era casado, nem noivo, nem tinha pertencido a outra ordem religiosa) fazia os votos de castidade, de pobreza e de obediência e era aceite. Era-lhe colocado o manto. O Mestre e o Capelão davam-lhe um beijo na boca, como era costume no feudalismo, em cerimónias de homenagem.

Quem cometia faltas era julgado pelo Capítulo, que, quando reunia, tinha de usar o manto. O acusado adiantava-se, ajoelhava e confessava publicamente o seu erro. Depois saía para os freires deliberarem qual o castigo a aplicar, que podia ir do jejum duma sexta-feira à perda do hábito por um ano e um dia, ou à expulsão. Nunca sabia quem sugeria o castigo. Também havia acusação directa, mas, se era falsa, o réu negava-a e apresentava testemunhas.

Quando a Regra sofria modificações, ou era por meio de Bula Papal ou por decisão do Capítulo.

Na Regra Francesa encontram-se os privilégios concedidos aos Templários pela já citada Bula de Inocêncio II e, assim, a constituição da Ordem fica praticamente fixada. Mantem os setenta e dois artigos, que são reservados aos superiores (aos freires eram transmitidos quase só oralmente, alguns extractos).

Difere da Latina, por exemplo, na aceitação de um novo freire, por deixar de haver noviciado, excepto para os capelães, e na relação com Cavaleiros excomungados. A Latina proíbe qualquer relação com eles. A Francesa, quanto a isso ordena: “Onde souberdes reunidos cavaleiros excomungados para aí vos ordenamos que se dirijam [...] Ordenamos-vos em semelhante condição que o recebam, que ele compareça perante (Publicado em freemason.pt) o bispo dessa província e lhe dê a conhecer a sua intenção. E depois de o bispo o ter ouvido e absolvido, que o envie ao Mestre e aos irmãos do Templo e, se a vida desse homem for honesta e digna deles, que seja recebido misericordiosamente, [...] Em nenhuma outra maneira, os irmãos do Templo deverão ter por companhia homens excomungados...” (cf. Os Grandes Julgamentos, págs. 39-40).

Há nesta aceitação caridade cristã, mas também uma certa manha, pois que os Templários herdaram a fortuna destes novos Cavaleiros.

Aceitando-os no seu seio, cobrindo-os com a pureza do manto branco e dando-lhes sepultura cristã, estão a ir contra as decisões e punições da Igreja, que protesta.

Então o Papa Celestino II através duma bula, diz que “Aqueles que fazem esmola ao Templo terão todos os anos uma indulgência da sétima parte das suas penitências; se acontecer morrerem sem os ritos da Igreja e que não estejam excomungados não lhes poderá ser recusada a sepultura eclesiástica”(cf. Os Grandes Julgamentos, pág. 40).

A Ordem estava organizada como um exército, pois de um exército se tratava, sempre pronto para o combate. Lutava na primeira linha, e devido à sua severa disciplina e à formação cerrada, logo à primeira acometida, quase sempre levava o inimigo de roldão. Tornou-se “o mais poderoso elemento de vitória dos exércitos cristãos” (cf. Carlos Selvagem, Portugal Militar, pág. 31) que aperfeiçoou e disciplinou devido à sua natureza orgânica, táctica de combate e estratégia.

Esse exército de elite era admirado e temido. Para compreender o estado de espírito que animava os Templários em combate, convém transcrever na íntegra as seguintes palavras de Alexandre Herculano:

“A severa disciplina da ordem, as solenidades com que entravam nas batalhas produziam necessariamente o entusiasmo nesses ânimos, em geral esforçados, e naqueles que os viam a seu lado. Os esquadrões do Templo ao formarem-se para a batalha guardavam profundo silêncio, que só era cortado pelo ciciar do balsão bicolor (negro e branco) que os guiava despregado ao vento e dos longos e alvos mantos dos cavaleiros que se agitavam. À voz do Mestre um trombeta dava o sinal do combate, e os freires, erguendo os olhos ao céu, entoavam o hino de David: «Não a nós, Senhor, não a nós!, mas dá glória ao teu nome!» Então, abaixando as lanças e esporeando os ginetes, arrojavam-se ao inimigo, como a tempestade, envoltos em turbilhões de pó. Primeiros no ferir eram os últimos a retirar-se quando assim lho ordenavam. Desprezando os combates singulares, preferiam acometer as colunas cerradas, e para eles não havia recuar: ou as dispersavam ou morriam. A morte era, de feito, mais bela para o templário que a vida comprada com a covardia. Bastava que não atingisse ao tipo de valor humano, como os velhos guerreiros da ordem o concebiam, para ser punido por fraco. A cruz vermelha, distintivo da corporação, com o manto branco sobre que estava bordada tiravam-se-lhes ignominiosamente, e ele ficava separado dos seus irmãos como um empestado. Obrigavam-no a comer sobre o chão nu: não lhe era lícito o desforço das injúrias e nem sequer castigar um cão que o maltratasse. Só depois de um ano, se o capítulo julgava a culpa expiada, o desgraçado cingia de novo o cingulo militar para ir, talvez, na primeira batalha afogar no próprio sangue a memória de um ano de afrontas e de suplício”. (cf. Alexandre Herculano, História de Portugal, vol. III, liv. IV, págs. 263 e 264).

O balsão era bicolor, bipartido ao alto em branco (prateado?) e preto, com a cruz vermelha no centro, e tinha inscrito o seu grito de guerra: “**Non nobis, Domine, non nobis, sed Nomine tuo da Gloriam**” (cf. fig. 2). Este símbolo da sua modéstia é o princípio do primeiro versículo do salmo 115 de David.

O estandarte era confiado ao Marechal que dirigia a expedição e ambos eram protegidos por um grupo de freires que variava entre cinco e dez. Levavam sempre um estandarte de reserva.

Em campanha, ninguém podia tomar a iniciativa de fazer fosse o que fosse, mesmo no acampamento, sem ouvir o “grito”, ou seja a ordem dada pelo gritador.

Em todas as circunstâncias, o Templário apenas obedecia.

Na já citada obra, “Do Louvor da Nova Milícia”, Bernard de Clairvaux faz o retrato do pobre Cavaleiro de Cristo e da sua vida na Ordem:

*“Ele (o cavaleiro do Templo) vai e volta ao primeiro sinal daquele que prescreve as instruções, veste ou come o que ele lhe der; nem doutro lugar se presume [lhe venha] o fato ou alimento. Em comida e vestuário evita tudo o que é supérfluo, pela só necessidade se pautando. Vive-se em comum, em jucunda e sóbria intimidade, sem mulheres e sem filhos. E para que nada falte à perfeição evangélica, habitam, sem nada de próprio, numa mesma casa, com o mesmo gênero de vida, altamente preocupados com observar a unidade do espírito no vínculo da paz. Dir-se-á da inteira multidão que tem um só coração e uma só alma: assim, não segue cada qual, de modo nenhum, a sua própria vontade, mas antes se esforça por acatar a de quem manda. Jamais permanecem ociosos ou vagueiam na curiosidade; antes sempre, quando não combatem – o que raro acontece – , para que não comam o pão gratuitamente, ou reparam os estragos das armas e das vestes, ou refazem as vetustas, ou arranjam as desordenadas, atendendo a tudo o que, enfim, para fazer, imponha a vontade do Mestre ou a necessidade do comum. Nenhum entre eles, de forma alguma, se toma por bom: confia-se no melhor, não no mais nobre. Superam-se mutuamente na honra; levam os fardos uns dos outros, para assim cumprir a lei de Cristo. Uma palavra insolente, uma obra inútil, um riso imoderado, um murmúrio muito ténue, ou um sussurro, onde quer que sejam surpreendidos, não ficam de modo nenhum por emendar. Detestam o xadrez e os dados; aborrecem a caça, e nem se deleitam, segundo o costume, com os prazeres da altanaria. Repelem e abominam inutilidades e enganosas loucuras, mimos e magos e narradores, truões e cantilenas, e ainda espectáculos de jogos públicos. Cortam os cabelos, cientes, com o Apóstolo, da ignomínia do varão que trata da cabeleira. Nunca cuidados, raros lavados, apresentam-se, pelo contrário, com desleixados e eriçados cabelos, sujos de pó, queimados pela loriga e pelo calor. Mais tarde, com a guerra iminente, protegem-se por dentro com a fé, por fora com o ferro e não com o ouro, de tal modo armados e não ornados que incutem medo aos inimigos sem provocar a cobiça. Desejam cavalos fortes e velozes, e não de [belas] cores ou ornados de metais brilhantes: pois que pensam na batalha que não no aparato, na vitória que não na glória, e mais aspiram a ser temidos do que admirados”.*

Em combate, os Templários, usavam como quaisquer outros Cavaleiros, o escudo (branco com a cruz vermelha), a lança, a espada, a cota de malha (sob o manto), o elmo, a coifa...

Em tempo de paz, que pouco seria, vigiavam e recolhiam informações sobre os preparativos dos ataques dos sarracenos. Esses ataques, antes da construção do Castelo de Leiria, vinham do litoral e de leste, através da via romana, por onde podia passar um exército, estando o inimigo protegido, pelo seu, então, Castelo de Ceras. José Mattoso diz que D. Afonso Henriques mandou construir o Castelo de Leiria em 1135 “como parte integrante de uma rede defensiva que protegia Coimbra do inimigo sarraceno e que constituiu, gradualmente, um trampolim para a penetração mais a sul das armas cristãs.” (cf. José Mattoso, História de Portugal, dir. de J. H. Saraiva, págs. 482-486).

O alcaide de Santarém atacava constantemente as terras dos cristãos, causando grandes danos e, em 1144 conseguiu apoderar-se de Tomar e Leiria. Era imperioso conquistar aquela importante posição estratégica sobre o Tejo, de onde, regra geral, partiam os ataques dos infiéis. Para tal não bastava coragem. Era necessário astúcia, e, essa não faltava a D. Afonso Henriques. Depois de um reconhecimento prévio que mandou fazer a Mem Ramires, atacou o Castelo de surpresa, na noite de 15 para 16 de Março de 1147. Os portugueses escalaram a muralha de Atamarma e entraram gritando:

**“- Santiago e Rei Afonso!”**

Os sarracenos nem se conseguiram defender e foram chacinados.

### **A conquista de Santarém, sem a ajuda dos valorosos Templários, teria sido possível?**

---

Para perpetuar esta vitória foi construída a Igreja de Santa Maria da Alcáçova, para a qual Bernard de Clairvaux ofereceu uma imagem da Virgem Maria.

D. Afonso Henriques podia agora de novo tentar a conquista da tão cobiçada Lisboa, outra importante posição junto ao Tejo, mas cuja conquista seria muito difícil, pois que esta cidade, já com mais de 150.000 habitantes, estava rodeada por fortes muralhas com torres muito altas e protegida por um forte castelo.

Segundo a Crónica dos Godos, citada por Amorim Rosa (cf. ob. cit., pág.37) D. Afonso Henriques em 1140, com o auxílio de 70 navios ex-parti-Galliarum que tinham aportado à foz do Douro, tentou conquistá-la, mas sem sucesso.

Três meses depois da tomada de Santarém, e a quatro anos apenas da fundação da nacionalidade portuguesa, D. Afonso Henriques põe cerco a Lisboa e, com a ajuda de 13.000 Cruzados que se dirigiam à Síria, mediante condições vantajosas para eles, apodera-se da cidade. Os muçulmanos defenderam-se corajosamente durante quatro meses, mas acabaram por se render pela fome e pela sede.

Os Castelos de Sintra e de Palmeia entregaram-se sem luta.

O país passa, então, segundo José Mattoso, a estruturar-se como unidade económica e política em torno de três grandes metrópoles: Lisboa, Santarém e Coimbra.

Estava agora na mira de D. Afonso conquistar o Alentejo, e, para isso, prometeu aos Templários a terça parte de tudo o que ali se conquistasse, para ser usado na defesa do País, do Rei e de Deus.

E, para abrir caminho para essa região tão farta de trigo e de riqueza, em 1158, conquistou Alcácer do Sal, mas só à terceira tentativa.

Viterbo põe em dúvida que Pedro Arnaldo, Mestre dos Templários, tivesse morrido nesta batalha, pois que, em 1159, aparece o seu nome no foral da Redinha, e em 1185, Sancha Viegas e seus filhos lhe venderam um casal.

Antes da conquista de Santarém, o Rei prometeu aos Templários (se fosse feliz na empresa), conceder-lhes todos os direitos eclesiásticos dessa cidade e seu termo.

Mas na carta de doação desse Eclesiástico ressaltou que, se conquistasse Lisboa, faria um acordo entre o Bispo desta cidade e os Templários. Como a conquistou nesse mesmo ([Publicado em freemason.pt](#)) ano, os Cavaleiros pouco tempo gozaram tal benefício em paz, por que D. Gilberto, o Bispo, exigiu a entrega do Eclesiástico por ser pertença do seu bispado. E, como os Templários se recusaram a devolver o que consideravam a justa recompensa pelo seu esforço na tomada de Santarém, gerou-se uma contenda que foi levada até ao Papa e se prolongou por doze anos.

D. Afonso Henriques, em 1159, para os Templários desistirem desses bens, doa-lhes o Castelo de Ceras e terras desde o Mondego ao Tejo, pela bacia do Rio Zêzere, para as povoarem.

Resolveu a contenda com satisfação de ambas as partes, embora tivessem de ceder um pouco: os Templários aceitando a troca e o Bispo renunciando a todo o direito que ele ou os seus sucessores tivessem, nas igrejas fundadas já, ou a serem fundadas, no vasto território agora oferecido aos Templários e renunciando também à Igreja de S. Tiago, em Santarém, e suas rendas.

Esta é a carta da doação de Ceras aos Templários:

*“Em nome da Santa e Indivisa Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, este é o instrumento de paz e concórdia que eu, Afonso, por Graça de Deus Rei de Portugal, filho do Conde D. Henrique e da Rainha D. Teresa, neto do grande Rei Afonso, junto com meus filhos, faço entre o Bispo de Lisboa e os freires militares do Templo de Jerusalém, por Amor de Deus e remissão dos meus pecados e dos meus Pais. Dou e concedo a Deus e à Milícia do Templo o castelo chamado Ceras, em troca das suas Igrejas de Santarém, que primeiramente lhes dera, excepto a Igreja de S. Tiago. Dou e concedo àquele Castelo as terras que são divididas pelo Rio Zêzere no local chamado Porto de Cahins. Dou-lhes este Castelo para que o tenham de juro hereditário e para que o povoem. Mas gentes de entre os rios Mondego e Tejo que habitem em minhas povoações, não os recebam como colonos sem minha espontânea vontade: se alguém de tal gente para aí for, os frades não podem alegar ignorância e expulsem-nos. Os habitantes deste castelo usarão as leis e costumes de Santarém. Eu, Afonso, superdenominado Rei, junto com meus filhos, faço esta Carta de Garantia aos ditos militares do Templo da Doação do Castelo chamado de Ceras, com o termo indicado, com todos os nossos direitos, para que o tenham bem como os seus sucessores, perpetuamente, e a ninguém seja lícito contradizer este meu acto. Feita esta Carta no Mês de Fevereiro de 1197 (1159 da Era de Cristo). Eu, sobredito Afonso, conjuntamente com meus filhos que assistiram à escritura 'desta Carta de Fermeza, com idóneo coração e gratuita vontade confirmamos e este sinal + + + + fazemos“.*

Seguem-se as assinaturas, (cf. Amorim Rosa, ob. cit., pág. 41). Esta carta e a do Bispo D. Gilberto a que a seguir se faz referência figuram no Livro dos Mestrados, no A. N. da Torre do Tombo.

No mesmo mês e ano, numa carta confirmada pelo Papa Adriano IV, o Bispo de Lisboa D. Gilberto, repete a doação de El-Rei, acrescentando apenas: «com a condição das Igrejas a construir no termo de Ceras não serem por mim construídas e mantidas. Espero que os Monges do Templo construirão e manterão convenientemente as Igrejas a construir no termo de Ceras» (cf. Amorim Rosa, ob. cit., pág. 42).

Mal tomaram posse do território, os Templários fundaram a capital da sua Ordem em Tomar. Construíram a Igreja de Santa Maria do Olival e, perto dela, o seu principal convento, e um castelo para, com os já citados, consolidar a posse do território conquistado.

A construção deste castelo começou em 1160, um ano depois da doação de Ceras, como se pode ver na placa que está na escadaria do Terreiro para o Adro. (cf. Amorim Rosa, ob. cit., pág. 13).

O castelo de Tomar é semelhante ao de Sahym, construído ao sul de Antioquia, no séc. XII pelos Cruzados, (cf. fotografia publicada in The National Geographic Magazine, em Dezembro de 1933).

Construíram ainda “um Templo interessantíssimo, do tipo siríaco, único em Portugal”, mas actualmente o seu aspecto arquitectónico é diferente, devido às modificações que sofreu, ao longo dos tempos, (cf. Jorge Tavares, Os Templários, pág. 26).

A capela, a que chamam Charola, foi dedicada ao mártir S. Tomás de Cantuária e, em honra deste Santo, parece que começaram a chamar Tomás à vila, o que viria a dar Tomar... **Será?**

Com a construção do Castelo de Tomar, fixaram-se os artistas que nele trabalhavam e suas famílias, em grande parte prisioneiros muçulmanos reduzidos à escravidão. E, por ser uma povoação a crescer e haver mais facilidade em encontrar trabalho, muita gente acorreu ao chamamento dos Templários. Assim, a vila depressa se desenvolveu e saiu das muralhas.

A maior parte das vezes, os territórios doados estavam situados na fronteira com os muçulmanos e os seus habitantes viviam em sobressalto. A sul de Coimbra, durante muito tempo, devido às algaras e às invasões dos sarracenos, não havia segurança para a fixação das populações. Segundo José Mattoso, as gentes regressavam logo que os exércitos se retiravam. Orlando Ribeiro pensa que sobreviviam comendo castanhas e frutos silvestres e, talvez pão, feito com bolotas.

Foram os Templários que criaram condições para a fixação e tiveram muita importância na repopulação de Portugal. O povoamento fazia-se deslocando gentes duns locais para outros, ou chamando estrangeiros, como fez o Conde D. Henrique, trazendo franceses

que estabeleceu em Guimarães, (cf. Etnografia Portuguesa, Livro I, pág. 400).

Gualdim Pais, com grande capacidade administrativa, povoou com gentes do Norte, onde havia excesso de população, as terras doadas. Tomar, com o seu grande desenvolvimento, tornou-se tão importante como Coimbra.

Em 1162, Gualdim Pais deu-lhe foral que ampliou em 1174. Segundo Amorim Rosa, esse foral parece decalcado sobre o de Soure.

Em 1165, o Rei doou Idanha-a-Velha e Monsanto aos Templários. A primeira foi depois tomada pelos sarracenos e reconquistada em 1197 por D. Sancho I, que a devolveu aos Cavaleiros. Daqui a confusão de alguns autores que dizem, como D. Rodrigo da Cunha, que Idanha-a-Velha não foi doada por D. Afonso Henriques mas sim por seu filho.

Foi realmente D. Gualdim Pais quem mandou construir ou reconstruir o seu castelo, pois estava bem vivo quando o nosso primeiro Rei lhe fez a discutida doação.

De entre os Mestres da Ordem, em Portugal, D. Gualdim foi o que mais se distinguiu.

Amorim Rosa descreve-o assim: “Era a verdadeira personificação daquela pleíade de ricos-homens de Portucale que a golpes de montante talharam no albornoz mourisco a Pátria sacrossanta [...] tinha a força hercúlea dum Lourenço Viegas; a Fé intemerata dum Fuas Roupinho; a coragem inquebrantável dum Gonçalo Mendes da Maia; a audácia indómita dum Geraldo Geraldês; a valentia pertinaz dum Paio Guterres; a honra imaculada dum Egas Moniz”. (cf. Amorim Rosa, ob. cit., pág. 40). Pertencia à fidalguia do Norte e foi educado na arte da guerra.

D. Afonso Henriques, de quem teria sido companheiro, armou-o cavaleiro aos 21 anos, em 1139, pelos seus altos feitos, na batalha de Ourique.

Tornou-se Templário e partiu para a Terra Santa, onde, durante cinco anos combateu os infiéis.

Quando regressou, foi eleito “Comendador ou Mestre da casa que a Ordem tinha em Braga”, (cf. Viterbo, Elucidário, pág. 590) e, em 1157, é o Mestre absoluto dos Templários em Portugal.

Quanto à sua terra de origem há uma grande confusão. Félix Machado da Silva, primeiro Marquês de Montebelo, no seu “Memorial” debruça-se sobre a questão da naturalidade de Gualdim Pais e, tenta provar que Amares, de onde afirma ele ser natural, deriva de Marecos:



*“La villa de Amares en Entre Home i Cadavo se llamó en otro tiempo Marecos, que es lugar vezino de Braga, de onde el Conde Don Pedro dize fue natural Don Gualdim Paez Maestro de los Templários, que em muchas escrituras antiguas se halla llamar se Dõ Gualdim Paez de Marecos e dió nombre en aquella Cuidad a la calle de Don Gualdim”. E insiste em provar que o Mestre foi natural de Amares: “Deste tan insigne Varon se deve la naturaleza a Entre Home i Cadavo, i fue de sus mayores aquella Villa solar, a quem los antiguos i modernos Geografos llamaron siepre Marecos, i de otras escrituras mas modernas que la dei Conde halla llamar se Amares...”*”.

Partindo da errada versão de Montebelo “todos os autores fundando-se uns nos outros, os próprios historiadores e investigadores, sem proceder a mais averiguações, sempre que se referiram a D. Gualdim [...] e principalmente à terra de Amares, na história, na monografia como na simples reportagem; nos dicionários, nas enciclopédias e no próprio Elucidário de Viterbo, todos são concordes que Marecos foi o primeiro nome de Amares e este berço de Gualdim Pais”. (cf. Domingos M. da Silva, *Entre Homem e Cávado*, Monografia do Concelho de Amares, 1Q vol., pág. 81).

Ora Marecos não podia ter dado origem a Amares pois que esta já existia cerca de 50 anos antes de D. Gualdim Pais ter nascido, o que se poderá confirmar, segundo o autor da Monografia, no Livro de Mumadona, «in Inventário de omnes hereditates» “sob a era de 1059 [...] et de la villa de Amares III e integra...” (cf. autor e obra citados, pág. 82).

O facto de em certos documentos antigos D. Gualdim aparecer como Gualdim Pais de Marecos não nos surpreende, visto que, na Idade Média, era costume juntar ao nome da pessoa, o nome da terra de naturalidade, como por exemplo: Teresa d’Ávila, Gregório de Tours, Francisco de Assis, Gonçalo Mendes da Maia, João Pais de Soure, já no Renascimento Leonardo da Vinci, e tantos outros.

Gualdim Pais era mesmo de Marecos e, a confirmá-lo, temos o testemunho de Alexandre Ferreira «... o grande e valoroso D. Gualdim Pais, que como direi a seu tempo, era natural de Braga, em distância de seis léguas de Viana...»

Este autor localiza geometricamente o lugar do nascimento de Gualdim Pais, pois contam-se rigorosamente 30 quilómetros sobre a ponte que separa Barcelinhos (a antiga Marecos) de Barcelos propriamente dita.” (cf. Domingos M. da Silva, *Entre Homem e Cávado*, 1Q vol., pág. 87). Talvez tivesse contribuído para a confusão, o facto de Marecos ter ido, ao longo dos tempos, perdendo importância, até se transformar em Barcelinhos.

Alguns autores dizem ter sido D. Gualdim a estabelecer a Ordem do Templo em Portugal. **Mas, como poderia ter sido, se antes houve vários Mestres, que Viterbo, através de documentos, afirma terem existido aqui, e se em 1126 ele era uma criança, como já foi dito?**

Se quiserem afirmar que foi o primeiro Mestre Português entre nós, estão certos.

D. Gualdim governou a Ordem durante 38 anos, de 1157 a 1195, ano da sua morte. Foi sepultado na Igreja de Santa Maria do Olival, que serviu de Panteão aos Mestres do Templo, numa das capelas laterais.

Quando em 1770 o seu túmulo se desfez (?) durante as obras nessa Igreja, guardaram-lhe as cinzas na pequena arca de pedra onde hoje se encontram.

Devido à sua humildade e caridade durante a paz e bravura na guerra, os Templários até receberam doações particulares, e, assim, depressa enriqueceram, sendo extensos os seus domínios em Portugal já no séc. XII. Tornaram-se banqueiros pela força das circunstâncias, pois o seu dinheiro vai pagar as despesas da guerra no Oriente e, por isso, tem de circular. Fazem empréstimos aos Cruzados na Palestina e são reembolsados na Europa. Fazem hipotecas.

No fim do século XII os países cristãos apoiam-se no Banco do Templo que tem a vantagem de poder operar sem fiscalização. E os Templários fazem concorrência aos banqueiros judeus e italianos!

Como os votos de pobreza dos Pobres Cavaleiros de Cristo se diluíram através dos tempos!...

**“Non nobis Domine, non nobis sed Nomini tuo da Gloriam!”**. Foi à sombra desta divisa que os Templários se empenharam, com extrema dedicação e bravura, na luta incessante contra os sarracenos na Península. E se aqui porventura cumpriram os votos, que a Ordem lhes impunha, de castidade e obediência, contrariou-lhes o voto de pobreza a grande riqueza das terras que por doação lhes couberam.” (cf. General Ferreira Martins, História do exército Português, pág. 55).

## Considerações finais

---

Os Templários foram soldados, banqueiros, políticos, navegaram transportando peregrinos e mercadorias, administraram e, alguns reis, aproveitaram os seus serviços como diplomatas ou fizeram-nos membros dos seus conselhos. Com bens espalhados pelo Oriente e pela Europa, por que «não havia Reyno algum na Christandade aonde se lhe não assinassem rendas e lugares», (cf. Frei António Brandão, Monarchia Lusitana, parte III, Livro IX, capítulo XII, pág.. 32), nos fins do século XII a Ordem do Templo era como que um Estado dentro de outro Estado, era um colosso!

A Bula Omne Datum Optimum parecendo favorecer os Templários contribuiu para a sua queda, pois que, independentes, poderosos e ricos tornaram-se invejados ao longo dos anos, até que a cobiça de Filipe o Belo, tudo fez para os perder.

São acusados de pretenderem criar um estado independente, de fabricarem ouro, de renegarem Cristo e cuspirem na cruz.

Inocência III que lhes chama seus filhos bem-amados, recusa-se a acreditar e proíbe o clero secular de excomungar Templários. Mas, eles, orgulhosos e impertinentes, numa atitude provocatória, até mandaram celebrar missa com repique de sinos, numa cidade excomungada!

**Teria havido realmente motivos para os acusarem?** A cobiça do Rei os inventou, para se apoderar das suas riquezas.

**Quem os acusava?** Os Templários expulsos da Ordem e alguns irmãos servidores, com inveja da autoridade dos Cavaleiros.

Durante o julgamento, D. Dinis conseguiu provar, habilmente, que as doações feitas aos Templários não eram perpétuas e teriam de voltar para a Coroa. Mas, nelas, não há nenhuma cláusula que nos leve a crer, que, mais tarde, esses bens pudessem ser alienados. As doações parecem ter carácter definitivo, como a do Castelo e terras de Ceras: “haereditário jure e jure perpetuo”.

Herculano não pensa assim, mas pensa Gama Barros e nós também.

Para Viterbo, a Ordem do Templo foi exterminada, como pode ver-se no que a seguir transcrevemos:

*“Tempreiros ou Templeiros. Assim chamaram os Templários, professores de uma ordem militar que a piedade levantou, o zelo da religião entre nós introduziu, a real beneficência maravilhosamente engrandeceu e a relaxação incrível, que de seus alunos se dizia, em toda a Igreja exterminou”.*

**Exterminou? Foi fundada uma nova Ordem em Portugal, a de Cristo?**

---

Não, a do Templo, aqui, apenas mudou de nome. Até a cruz, conhecida como de Malta, mas atribuída aos Templários portugueses, é quase idêntica! Apenas lhe cortaram, nos extremos dos quatro braços, o arredondado (cf. fig. 4).

Não tem medida o muito que os reinos cristãos da Península Ibérica devem aos Templários, pois que sem eles, a sua história teria certamente seguido um curso diferente.

**E, por que a História dos Templários em Portugal é a História da Reconquista, sem eles o nosso país teria sido reconquistado tão cedo?**

---

**Maria Sofia Dias Rodrigues**

## **Bibliografia**

---

- Almeida, Fortunato de – História da Igreja em Portugal, I vol. dir. Damião Peres, Portucalense Editora, Lda. Barcelos, 1928.
- Idem – História de Portugal, tomo I Coimbra, 192”.

- Barbosa, Pedro Gomes – As Ordens Militares em Portugal – Actas do 1º Encontro Sobre Ordens Militares, Colecção Estudos Locais – Câmara Municipal de Palmeia, 1991.
- Barros, Henrique da Gama – História da Administração Pública em Portugal nos sécs. XII a XV, tomo I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885.
- Bernardo, São – Livro Para os Soldados do Templo – Do Louvor da Nova Milícia, trad. Carlos Eduardo Soveral (SL) 1990.
- Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga, vol. II, nes 1 e “.
- Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- Brandão, Frei António – Monarchia Lusitana, 3ª parte, impresso por Pedro Craesbeck, Lisboa, 163”.
- Cunha, D. Rodrigo – História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, Reprodução Facsimilada, Braga, 1989.
- Dicionário da História de Portugal, direc. Joel Serrão, Liv. Figueirinhas, Porto, 1984.
- Dicionário Ilustrado da História de Portugal, II vol., Publicações Alfa, 1985.
- Documentos Medievais Portugueses – Particulares, org. de Rui Azevedo, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1940.
- Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios dos Condes Portugaleses e de D. Afonso Henriques, notas de Rui Pinto de Azevedo, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 196”.
- Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu-Americana, tomo XVI, Hijos de J. Espasa, Editores, Barcelona, 1833-1883.
- Ferreira, Monsenhor – Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga, Edição da Mitra Bracarense, tomo I, Braga, 1928.
- França, José Augusto – Tomar – Editorial Presença, Lisboa 1994.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.
- Grandes Julgamentos, (Os) – direc. Claude Bertin, Amigos do Livro, Editores, Lda., Lisboa, s/d.
- Herculano, Alexandre – História de Portugal, Liv. Bertrand, Venda Nova – Amadora, 1980.
- História de Portugal, direc. de J. H. Saraiva, vol. I, Publicações Alfa S.A.R.L., Lisboa, 1993.
- História de Portugal, vol. I, direc. Damião Peres, Portucalense Editora Lda., Barcelos, 1928.
- Leal, Pinho – Portugal Antigo e Moderno, vol. 9, Liv. Editora de Matos Moreira e Cia., Lisboa, 1880.
- Lemos, Eugênio de – Discurso pronunciado em Tomar, na comemoração do I centenário desta cidade, Coimbra Editora Lda, 1948.
- Lemos, João de Brito de – Epanaphoras, A Arte Militar, Biblioteca Lusitana, Lisboa, 1631.
- Mais Belos Castelos e Fortalezas de Portugal (Os) – Júlio Gil, Ed. Verbo, Lisboa, 1986
- Marques, A. H. de Oliveira – História de Portugal, I vol. Edições Ágora, Lisboa, 197”.
- Marques, General Ferreira – História do Exército Português, Editorial Inquérito, Lda., Lisboa, 1945.

- Martins, Oliveira – História de Portugal, Guimarães Editores, Lisboa, 1964.
- Idem – História da Civilização Ibérica, Guimarães Editores, Lisboa, 1973.
- Idem – Taboas de Chronologia, Antonio Maria Pereira, Lisboa, 1884.
- Mendes, Octávio da Silva Paes – Santarém Monumental, Roteiro.
- Nogueira, Gonçalo e Correia, Virgílio – Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Coimbra, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1953.
- Oliveira, Eduardo Pires de – Estudos Bracarenses, Alterações Toponímicas, Braga, 198”.
- Pernoud, Régine – Os Templários, Publicações Europa América, Lisboa, s/d.
- Picar, Michel – Os Templários, Publicações Europa América, Lisboa, Mem Martins, s/d.
- Rosa, Amorim – História de Tomar, ed. Gabinete de Estudos Tomarenses, Tomar, 1965.
- Selvagem, Carlos – Portugal Militar, Compêndio de História Militar e Naval de Portugal, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1991.
- Silva, Domingos M. da – Entre Homem e Cávado, Monografia do Concelho de Amares, Amares, 1958. Tavares, Jorge – Templários, Lello e Irmão, Porto, 1984.
- Vasconcelos, José Leite de – Etnografia Portuguesa, vol. II, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1995. Viterbo, Frei Joaquim de Santa Rosa de – Elucidário das Palavras, Termos e Frases, 2s vol., Liv. Civilização Editora, Porto, 1993



## ARTIGOS RELACIONADOS

- [Os Cavaleiros Templários, a Geometria Divina e os Mistérios do Cristianismo](#)
- [A Cruzada dos Descobrimentos](#)
- [A Capela de Rosslyn](#)